Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.)

Demonstrações contábeis em
31 de março de 2026
e relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

1. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis..... 3
2. Demonstração da posição financeira 9
3. Demonstração do resultado e resultado abrangente..... 10
4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido 11
5. Demonstração dos fluxos de caixa 12
6. Notas explicativas 13

265/2026 – Poc/Vbs/It/Fm

Cliente: **Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**

Assunto: **Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de março de 2026.**

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e à administradora do
Nova Participações – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Nova Participações - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Nova Participações - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte do administrador do fundo e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o exercício.

Como resultado de nossos trabalhos, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

- **Mensuração dos investimentos**

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme apresentado na nota explicativa n° 6, os títulos e valores mobiliários do Fundo são compostos, principalmente, por investimentos em ações de companhias fechadas. A mensuração das ações é obtida por meio do método de equivalência patrimonial, com base no valor do resultado e do patrimônio líquido divulgado nas demonstrações financeiras das companhias investidas na mesma data das demonstrações financeiras do Fundo. Sendo assim, a valorização da equivalência patrimonial deste investimento foi tratada como assuntos relevantes para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (i) execução de testes em relação à existência dessas ações por meio do confronto das informações constantes na demonstração da posição financeira do Fundo com as informações do estatuto social das companhias investidas registrado na Junta Comercial; (ii) testes dos valores utilizados para a mensuração desses investimentos com as porcentagens de participações aplicadas aos valores dos resultados e dos patrimônios líquidos das companhias investidas. Nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência apropriada e suficiente sobre a mensuração dessas ações do Fundo.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2025, apresentado para fins comparativos, foi auditado por nós auditores independentes emitindo o relatório de auditoria, datado de 23 de junho de 2025, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável,

os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administradora do Fundo.

• Concluímos sobre a adequação do uso da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis do Fundo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Fundo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 18 de junho de 2026.

DAVI & CORRÊA auditores independentes

Assinado digitalmente por DAVI E CORREA AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE S:02971670000180
Data: 2026.06.23 17:55:32-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S
CRC - RS 3.797
Pedro Osório Correa
Contador CRC - RS 42.462/O

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIACNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		31/3/2026			31/3/2025		
	Nota	Quantidade	Valor contábil	% sobre o patrimônio líquido	Quantidade	Valor contábil	% sobre o patrimônio líquido
Ativo							
Disponibilidades			**-**	**0,00%**		**619**	**0,17%**
Banco conta movimento			-	0,00%		619	0,17%
Aplicações interfinanceiras de liquidez			**103**	**0,03%**		**-**	**0,00%**
Aplicação automática			103	0,03%		-	0,00%
Títulos e valores mobiliários			**319.464**	**92,73%**		**337.347**	**91,83%**
Ações de companhias fechadas	6		**319.464**	**92,73%**		**337.347**	**91,83%**
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.		38.398.227	221.740	64,37%	38.398.227	231.685	63,06%
Infravix Participações S.A.		181.663.181	97.724	28,37%	181.663.181	105.662	28,76%
São Roque Energética S.A.		336.312.731	-	0,00%	336.312.731	-	-
Outros créditos			**26.454**	**7,68%**		**30.940**	**8,42%**
Outros créditos por negociação			26.454	7,68%		30.940	8,42%
Total do ativo			**346.021**	**100,44%**		**368.906**	**100,42%**
Passivo							
Outras obrigações			**1.529**	**0,44%**		**1.529**	**0,42%**
Taxa de administração	12		59	0,02%		59	0,02%
Outros valores a pagar			1.470	0,43%		1.470	0,40%
Patrimônio líquido			**344.492**	**100,00%**		**367.377**	**100,00%**
Total do passivo e do patrimônio líquido			**346.021**	**100,44%**		**368.906**	**100,42%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Composição do resultado do exercício			
Títulos e Valores Mobiliários		**(17.871)**	**24.807**
Ações de companhias fechadas			
Resultado por equivalência patrimonial	6	(17.460)	20.118
Valorização (desvalorização) das Ações	6	(423)	4.689
Cotas de fundo de investimentos			
Resultado com Aplicações interfinanceiras de liquidez		12	-
Demais receitas (despesas)	11	**(438)**	**(4.674)**
Taxa de administração e gestão	10	(354)	(396)
Taxa de fiscalização - CVM		(40)	(46)
Auditoria		(14)	(13)
Serviços advocatícios		(25)	-
Outras receitas		-	18
Outras despesas		(5)	(4.237)
Resultado líquido do exercício		**(18.309)**	**20.133**

Resultado abrangente do exercício	**2026**	**2025**
Lucro (prejuízo) do exercício	(18.309)	20.133
Lucro (prejuízo) abrangente do exercício	**(18.309)**	**20.133**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Emissão de cotas	Amortizações de cotas	Lucros e Prejuízos Acumulados	Patrimonio Liquido
Saldos em 31 de março de 2024	**Nota**	**658.015**	**(127.234)**	**(185.178)**	**345.603**
Emissões de cotas		2.264	-	-	2.264
Amortizações de cotas		-	(623)	-	(623)
Prejuízo do exercício		-	-	20.133	20.133
Saldos em 31 de março de 2025		**660.279**	**(127.857)**	**(165.045)**	**367.377**
Emissões de cotas		-	-	-	-
Amortizações de cotas	8	-	(4.576)	-	(4.576)
Prejuízo do exercício		-	-	(18.309)	(18.309)
Saldos em 31 de março de 2026		**660.279**	**(132.433)**	**(183.354)**	**344.492**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA CNPJ: 11.283.444/0001-06
(Administrado pela BR-Capital DTVM S.A.- CNPJ: 44.077.014/0001-89)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(+) Recebimento da venda de ações	7	4.485	1.603
(+) Resultado com Aplicações interfinanceiras		12	-
(-) Pagamento de taxas de administração e gestão		(354)	(410)
(-) Pagamento com serviços advocatícios		(25)	-
(-) Pagamento de auditoria		(14)	(13)
(-) Demais pagamentos		(45)	(34)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais		**4.060**	**1.146**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(-) Subscrição/integralização de ações		-	(2.250)
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos		**-**	**(2.250)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
(+) Emissão de cotas		-	2.264
(-) Amortizações	8	(4.576)	(623)
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos		**(4.576)**	**1.641**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(516)**	**537**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		619	82
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		103	619
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(516)**	**537**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Nova Participações – Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia ("Fundo) iniciou suas atividades em 30 de novembro de 2009 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado a investidores qualificados, com prazo de duração de 26 (vinte e seis) anos.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a melhor valorização no processo decisório das companhias alvo, tal participação poderá ocorrer por uma das seguintes maneiras: (i) detenção de ações de emissão da companhia alvo que integrem o respectivo controle, (ii) celebração de acordo de acionistas com outros acionistas, se houver, de companhia alvo, (iii) eleição de membro(s) do Conselho de Administração com representatividade suficiente para influir na administração da companhia alvo, assegurando ao Fundo a participação (mesmo que por meio de direito de veto) em definições estratégicas e na gestão da companhia alvo, ou (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação (mesmo que por meio de direito de veto) em definições estratégicas e na gestão da companhia alvo, ou (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação (mesmo que por meio de direito de veto) em definições estratégicas e na gestão das companhias alvo.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, pela Gestora ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O cotista está exposto à possibilidade de ser chamado a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações, que são definidas pela Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 com seu respectivo Anexo normativo IV, Instruções Normativas CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016 e pelas demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de não Investimento".

As demonstrações contábeis apresentadas foram aprovadas pela Administradora do Fundo em 18 de junho de 2026 que autorizou sua divulgação

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Disponibilidades

Incluem, caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

c) Cotas de fundos de investimento

São representados por aplicações em cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pela administradora do fundo onde os recursos são aplicados.

As valorizações e desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento estão apresentadas na demonstração do resultado em "resultado com aplicação em cotas de fundos".

d) Ações de companhias fechadas

O fundo é classificado como uma entidade de não investimento e as suas ações em companhias fechadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme levantamento na mesma data do patrimônio líquido apresentado nas Demonstrações contábeis das companhias abertas.

O fundo é classificado como uma entidade de não investimento, no entendimento da administradora do fundo, o Fundo não atende, cumulativamente, o Artigo 4° da Instrução CVM n° 579/16:

I – Obtenham recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que deve possuir plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas como representantes nas entidades investidas;

II – Se comprometam com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

III – substancialmente mensurem e avaliem o desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo; e

IV – Definam nos seus regulamentos estratégias objetivas e claras a serem utilizadas para o desinvestimento, assim como a atribuição do gestor de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido na estratégia, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

e) Outros ativos e passivos

Outros ativos e passivos são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

f) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis do Fundo são apresentadas em reais, moeda do principal ambiente econômico funcional e de apresentação, e todos os valores são apresentados em reais, exceto quando indicado de outra forma.

g) Estimativa contábil

A preparação das Demonstrações contábeis requer que o Administrador se baseie em estimativas e julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas e notas explicativas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações: (a) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou (b) envolverem opções de compra ou venda de ações (ou do direito econômico das ações) das Sociedades Investidas que integrem a carteira do Fundo com o propósito de: (i) ajustar o preço de aquisição de Sociedade Investida com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (ii) alienar as ações e/ou quotas de Sociedades Investidas no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de março de 2025.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os cotistas do Fundo devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo. Para tanto, ao ingressar no Fundo, o cotista declara expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração consta do compromisso de investimento.

Seguem os principais riscos os quais o Fundo está sujeito, descritos abaixo:

Riscos relacionados à Companhia investida

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo quotista.

A carteira de investimentos contém valores mobiliários de emissão das companhias investidas. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas companhias investidas, não há garantias de:

i. Bom desempenho de quaisquer das companhias investidas;
ii. Solvência das companhias investidas; e
iii. Continuidade das atividades das companhias investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das quotas.

Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira e o valor das cotas. Não se pode garantir que o Administrador irá avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores a eles inerentes e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais, podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Não há, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no Fundo serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

Risco de não realização do investimento pelo Fundo

Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidades convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo não realização deles. A não realização de investimentos na companhia alvo ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a taxa de administração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira e o valor da cota.

Risco mercado

Os ativos que compõem a carteira do Fundo podem estar sujeitos a oscilações de preços ou liquidez em função da reação dos mercados a eventos econômicos e políticos, tanto no Brasil como no exterior, e a eventos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses ativos financeiros e títulos e valores mobiliários poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, o que pode gerar mudanças nos padrões de comportamento de preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. A precificação dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidas no regulamento e na regulamentação em vigor.

Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas cotas.

Riscos de liquidez

O volume inicial de aplicações no Fundo e a inexistência de tradição no mercado versátil brasileiro de operações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as cotas de emissão do Fundo não apresentarão liquidez satisfatória.

Risco de crédito

Os ativos integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal ou gerar e distribuir rendimentos - inclusive dividendos e juros sobre capital próprio - referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos.

Riscos de concentração

A política de investimento do Fundo não exige que o Fundo diversifique seus investimentos. Tendo em vista que até 100% do capital comprometido do Fundo poderá ser investido em uma única companhia, qualquer perda isolada poderá ter um impacto adverso significativo sobre o Fundo. Desta forma, os ativos do Fundo podem estar sujeitos a maiores riscos de perdas do que se estivessem mais diversificados, pois o insucesso de um ou de um número limitado de investimentos pode ter um efeito adverso relevante sobre o Fundo.

Riscos relacionados às companhias alvo e às companhias controladas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais.

Não se pode garantir que a Administradora e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo pretende participar do processo de tomada de decisões estratégicas da companhia alvo. Embora tal participação possa ser importante para a estratégia de investimento do Fundo e possa aumentar a capacidade do Fundo de administrar seus investimentos, também pode sujeitar o Fundo a reivindicações, sabendo que não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso a companhia alvo tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da companhia alvo, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da companhia alvo poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das cotas, podendo, inclusive, gerar patrimônio líquido negativo, podendo sujeitar os cotistas a realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da companhia alvo e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira de investimentos e das cotas.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, e sem limitação, o setor de energia elétrica. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem pari passu o desempenho médio do seu respectivo setor.

Risco de descontinuidade

O regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora ou pelo custodiante nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Riscos relacionados a fatores macroeconômicos e regulatórios

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais

nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar o mercado de geração de energia elétrica e, consequentemente, os negócios da companhia alvo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação da companhia alvo ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Outros riscos exógenos ao controle da administradora

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros e valores mobiliários integrantes da carteira de Investimentos e alteração na política monetária, os quais, casos materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas cotas.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ações de companhia de capital fechado

Informações das investidas

	mar/2026			
Companhias	**Quantidade de ações**	**% Participação na investida**	**Lucro (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido**
(a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A	38.398.227	33,37%	51.298	664.488
(b) Infravix Participações S.A.	181.663.180	99,99%	(7.938)	97.725
(c) São Roque Energética S.A.	336.312.731	100,00%	(155.402)	(569.331)

	mar/2025			
Companhias	**Quantidade de ações**	**% Participação na investida**	**Lucro (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido**
(a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A	38.398.227	33,37%	(2.144)	694.292
(b) Infravix Participações S.A.	181.663.180	99,99%	8.268	105.663
(c) São Roque Energética S.A.	336.312.731	100,00%	(292.843)	(450.200)

Movimentação

Companhias	Custo de aquisição	Saldo em 31/03/2025	Integralização de capital	Valorização (desvalorização) de ações	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2026 Patrimônio líquido
(a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A	225.460	231.684	-	(423)	(9.521)	221.740
(b) Infravix Participações S.A.	84.830	105.663	-	-	(7.939)	97.724
(c) São Roque Energética S.A.	2.250	-	-	-	-	-
	312.540	**337.347**	-	**(423)**	**(17.460)**	**319.464**

Companhias		Custo de aquisição	Integralização de capital	Valorização (desvalorização) de ações	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2025 Patrimônio líquido
(a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.		225.460	-	6.939	(715)	231.684
(b) Infravix Participações S.A.		84.830	-	12.565	8.268	105.663
(c) São Roque Energética S.A.		-	2.250	(2.250)	-	-
		310.290	**2.250**	**17.254**	**7.553**	**337.347**

a) Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.

A Nova Engevix tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços de engenharia consultiva e de empreitada integral nos setores de energia elétrica, óleo e gás, transportes, saneamento básico e indústrias de base, sendo responsável pela elaboração de projetos, integração e gerenciamento de empreendimentos, construção civil e montagem industrial em geral, e a participação em outras sociedades empresariais ou civis.

A Nova Engevix possui como controlador final a NOVAPAR S.A. (Nova Participações S.A.), e atua de maneira integrada com as diversas empresas do grupo na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de novos negócios ligados aos seguimentos de construção civil, óleo e gás e geração de energia. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

As operações da Nova Engevix são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

Na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo realizada em 20 de março de 2012 foi aprovada, nos termos da Ata do 14º Comitê de Investimento realizado na mesma data, a aquisição junto à Jackson Empreendimentos Ltda. (atualmente denominada de Nova Participações S.A.) de 6,67% de sua participação na Nova Engevix, que era representada por 4.571.430 ações ordinárias nominativas, pelo valor correspondente a R$ 80.000.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada em 02 de julho de 2012 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 80.000, mediante a emissão de 4.571.430 novas ações, integralizados pelo Fundo em 12 de julho de 2012 com aumento da

participação do Fundo na Nova Engevix de 6,67% para 12,50%. O aumento no capital social da companhia foi aprovado pela reunião do 15º Comitê de Investimento do Fundo.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada em 12 de novembro de 2012 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 80.000, mediante a emissão de 4.571.430 novas ações, integralizados pelo Fundo em 13 de novembro de 2012 com aumento da participação do Fundo na Nova Engevix de 12,50% para 17,65%. O aumento no capital social da companhia foi aprovado pela reunião do 16º Comitê de Investimento do Fundo.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada de 06 de maio de 2013 foi alterado o exercício social da companhia, passando de 1º de janeiro a 31 de dezembro para 1º de julho a 30 de junho de cada ano.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Engevix realizada em 15 de janeiro de 2014 foi aprovada a distribuição de dividendos antecipados, considerando o exercício social que se encerrou em 30 de junho de 2014, num montante de R$ 70.000 em favor dos acionistas da companhia na proporção de suas participações. O Fundo recebeu dividendos no montante de R$ 12.353 em 30 de janeiro de 2014.

Em 14 de julho de 2015, o Fundo adquiriu 23.734.555 ações da Nova Engevix Engenharia S.A. (atualmente denominada de Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.), em virtude do seu aumento de capital em R$ 100.000, deliberado em Assembleia Geral extraordinária de 25 de maio de 2015.

Em Assembleia Geral de Quotistas de 21 de julho de 2015 o Fundo aprovou a proposta da administração para aumento do capital social da Nova Engevix em R$ 4.000, mediante a emissão de 949.382 (novecentas e quarenta e nove, trezentas e oitenta e duas mil) novas ações, pela integralização das ações o Fundo aumentou sua participação na Companhia para 37,4981% das ações emitidas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, registrado na Junta Comercial de São Paulo em 11 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia em R$ 60.704, mediante emissão de 11.021 (onze milhões, vinte e uma mil) novas ações, pela acionista Nova Participações S.A., aumentando sua participação na Companhia para 66,145% das ações emitidas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de outubro de 2021, registrado na Junta Comercial de São Paulo em 18 de novembro de 2021, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia em R$ 6.685, mediante emissão de 1.214 (um milhão duzentos e quatorze mil) novas ações, pela acionista Nova Participações S.A., aumentando sua participação na Companhia para 66,50% das ações emitidas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022, registrado na Junta Comercial de São Paulo em 9 de maio de 2022, foi rerratificada as atas de Assembleia Geral Extraordinária para corrigir erro formal no número de ações emitidas em aumento de capital social. Da Assembleia Geral Extraordinária do dia 31 de dezembro de 2020, onde **leia-se:** "*A Assembleia Geral por unanimidade de votos decidiu aprovar a proposta da administração para aumento do capital social*

*da Companhia em R$ 60.704.205,34 (sessenta milhões setecentos e quatro mil duzentos e cinco reais e trinta e quatro centavos) mediante a emissão de **11.021.281 (onze milhões, vinte e uma mil, duzentas e oitenta e uma)** novas ações, sem valor nominal, desconsiderando os centavos, após capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFACs efetuados pela acionista Nova Participações S.A.*" **leia-se:** "*A Assembleia Geral por unanimidade de votos decidiu aprovar a proposta da administração para aumento do capital social da Companhia em R$ 60.704.205,34 (sessenta milhões setecentos e quatro mil duzentos e cinco reais e trinta e quatro centavos) mediante a emissão de **11.438.639 (onze milhões, quatrocentas e trinta e oito mil, seiscentas e trinta e nove)** novas ações, sem valor nominal, desconsiderando os centavos após capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFACs efetuados pela acionista Nova Participações S.A.*" E, da Assembleia Geral Extraordinária de 21 de outubro de 2021, onde **lia-se:** "*Após análise e discussão das matérias suso apontadas, aprovaram os presentes por unanimidade: (1) a proposta da administração para aumento do capital social da Companhia em R$ 6.685.013,89 (seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil treze reais e oitenta e nove centavos) mediante a emissão de **1.213.711 (um milhão, duzentas e treze mil, setecentas e onze)** novas ações sem valor nominal desconsiderando os centavos após capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFACs efetuados pela acionista Nova Participações S.A.*" **leia-se:** "*Após análise e discussão das matérias suso apontadas aprovaram os presentes por unanimidade (1) a proposta da administração para aumento do capital social da Companhia em R$ 6.685.013,89 (seis milhões seiscentos e oitenta e cinco mil treze reais e oitenta e nove centavos) mediante a emissão de **1.218.178 (um milhão, duzentas e dezoito mil, cento e setenta e oito)** novas ações sem valor nominal desconsiderando os centavos após capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFACs efetuados pela acionista Nova Participações S.A.*". Desse modo o correto número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, é de 115.055.044 (cento e quinze milhões cinquenta e cinco mil e quarenta e quatro).

A Nova Engevix teve suas Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 auditadas por auditores independentes, com emissão do relatório em 24 de abril de 2026, sem modificação de opinião e com as seguintes ênfases:

"Ênfase - Conforme nota explicativa nº 27, a Companhia é garantidor solidário, Em dezembro de 2016, a Ecovix Construções Oceânicas S.A., empresa do Grupo, protocolou o pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul. Em função da Companhia e a sua controladora serem os garantidores solidários de operações dos empréstimos bancários contraídos pela Ecovix, as mesmas estão sujeitas a eventuais cobranças por essas instituições financeiras, caso a Ecovix não cumprir com suas obrigações contratuais.

Ênfase Garantias - Conforme nota explicativa nº 27, a Companhia é garantidor solidário, Em dezembro de 2016, a Ecovix Construções Oceânicas S.A., empresa do Grupo, protocolou o pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul. Em função da Companhia e a sua controladora serem os garantidores solidários de operações dos empréstimos bancários contraídos pela Ecovix, as mesmas estão sujeitas a eventuais cobranças por essas instituições financeiras, caso a Ecovix não cumprir com suas obrigações contratuais.

b) Infravix Participações S.A.

A Infravix tem como objeto social o desenvolvimento tecnológico e de estudos e a participação em sociedades que atuem no setor da infraestrutura no Brasil e no exterior, em particular nos campos de transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e sistemas de transportes de passageiros), saneamento básico e geração de energia a partir de fontes não renováveis (carvão, óleo e gás) e o desenvolvimento de negócios imobiliários, podendo para tanto, adquirir, vender, alugar e construir propriedades imobiliárias com finalidades residenciais, comerciais ou institucionais.

Na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo realizada em 20 de março de 2012 foi aprovada, nos termos da Ata do 14º Comitê de Investimento realizado na mesma data, a aquisição junto à Jackson Empreendimentos Ltda. (atualmente denominada de Nova Participações S.A.). De 99,99% de sua participação na Infravix Participações S.A., que era representada por 73.499.997 ações ordinárias nominativas, pelo valor correspondente a R$ 72.885 e o investimento de R$ 26.500 representando 26.500.000 ações ordinárias nominativas por meio de aumento de capital da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Infravix realizada em 18 de março de 2013 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 novas ações ordinárias, integralizadas totalmente pelo Fundo em 19 de março de 2013.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Infravix realizada em 09 de dezembro de 2013 foi aprovado novo aumento do capital social da companhia no montante de R$ 108.000, mediante a emissão de 108.000.000 novas ações ordinárias nominativas, integralizadas totalmente pelo Fundo em 19 de dezembro de 2013.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Infravix realizada em 06 de julho de 2021 foi aprovada a redução do capital devido ao excesso de capital social da companhia no montante de R$ 27.000, com o cancelamento de 27.000.000 de ações ordinárias nominativas de titularidade da Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, passando o referido capital de R$ 225.000 para R$ 198.000.

Em 31 de maio de 2022, a Companhia transferiu a sede social da Alameda Araguaia, da cidade Barueri-SP para Rodovia Admar Gonzaga, na cidade de Florianópolis-SC.

A Infravix teve suas Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 auditadas por auditores independentes, com emissão do relatório em 27 de fevereiro de 2026, sem modificação de opinião.

c) São Roque Energética S.A.

Em 15 de julho de 2015, o Fundo desembolsou R$ 56.400 mil pela aquisição de 50.000.000 de ações da São Roque Energética S.A. (“São Roque”). Na mesma data, posteriormente à aquisição da totalidade das ações da São Roque pelo Fundo, a companhia instalou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pelo aumento de capital em R$ 145.000 mediante a emissão de 145.000.000 ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária da São Roque realizada em 6 de julho de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R$ 50.000, mediante a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante capitalização de dívida da Companhia, nas seguintes condições: (i) capitalização pelo acionista e conversão de dívida em aumento de capital social, no valor de R$ 23.000, da dívida originariamente existente entre a Companhia e a Nova Participações S.A., melhor especificada no Termo de Cessão de Direitos assinado entre acionista e Nova Participações S.A., em 5 de julho de 2021; e (ii) capitalização pelo acionista e conversão de dívida em aumento de capital social, no valor de R$ 27.000, da dívida originalmente existente entre a Companhia e a Infravix Participações S.A., melhor especificada no Termo de Cessão de Direitos assinado entre acionista e Infravix Participações S.A., em 5 de julho de 2021, passando o referido capital de R$ 195.000 para R$ 245.000 conforme boletim de subscrição.

Em 18 de julho de 2022, a Companhia transferiu a sede social da Alameda Araguaia, da cidade de Barueri-SP para Rodovia Admar Gonzaga, na cidade de Florianópolis-SC.

Na Assembleia Geral Extraordinária da São Roque realizada em 2 de março de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R$ 4.155, mediante a emissão de 4.155.054 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Nestes termos, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 318.146, divididos em 318.146.054 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A São Roque teve suas Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 auditadas por auditores independentes, com emissão do relatório em 12 de março de 2026, sem modificação de opinião.

7 OUTRAS RECEITAS

Refere-se a atualização e juros moratórios da devolução dos valores retidos pela Statkraft Investimentos Ltda. das parcelas devidas de pagamento da Variação Positiva Futura do período de fevereiro a julho de 2021. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, houve o recebimento de R$4.485, expresso das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

8 EMISSÕES, RESGATES E AMORTIZAÇÕES DAS COTAS

A primeira distribuição de cotas de emissão do Fundo será de até 200.000.000 de cotas com valor nominal unitário de R$ 1,00.

Os cotistas terão preferência na subscrição de cotas do Fundo. Tal preferência se dará na proporção da respectiva participação de cotista no patrimônio do Fundo.

Novas distribuições de cotas dependerão de (i) prévia aprovação da assembleia geral de cotistas e (ii) prévio registro na CVM ou, observadas as restrições regulamentares aplicáveis a cada cotista e modalidade de distribuição, de dispensa de registro.

No ato de cada subscrição de cotas, o cotista (i) assinará o boletim de subscrição, por meio da qual se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar o capital comprometido do

cotista, e instrumento particular de compromisso de investimento, os quais, uma vez assinados, passarão a fazer parte integrante do regulamento; (ii) receberá exemplar atualizado do regulamento; e (iii) declarará, por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento, informando, inclusive, que está ciente das disposições contidas no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, no Regulamento, nos termos da regulamentação aplicável.

Em caso de correção do valor a ser integralizado por qualquer cotista em decorrência de lapso temporal entre a data de subscrição e efetiva integralização, caso regulado em cada instrumento particular de compromisso de investimento, o valor integralizado pelos cotistas que exceder o valor nominal das cotas subscritas será apropriado pelo Fundo na forma de taxa de ingresso em benefício de todos os cotistas.

As cotas serão integralizadas: (a) (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil; ou (ii) mediante a entrega de Ações de emissão da Companhia Alvo, as quais serão avaliadas pelo seu valor patrimonial, conforme laudo de avaliação a ser elaborado por empresa independente contratada pelo cotista detentor de tais ações; e (b) em montante equivalente ao respectivo preço de emissão, nos termos dispostos no Boletim de Subscrição e no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento.

Os valores subscritos pelos cotistas nas emissões adicionais serão integralizados no Fundo conforme ocorrerem as chamadas de capital pela Administradora.

As cotas do Fundo são atualizadas diariamente.

O Fundo entrará em liquidação ao final do seu prazo de duração, salvo se for liquidado antecipadamente, mediante deliberação dos cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência de desinvestimento de todos os ativos da carteira do Fundo.

Na liquidação total ou parcial dos investimentos do Fundo, o produto oriundo de tal liquidação será utilizado para amortização das cotas de emissão do Fundo, salvo se a Administradora, a seu exclusivo critério, entender necessário reter parte ou a totalidade dos recursos obtidos com o desinvestimento para pagamento das exigibilidades do Fundo.

Exceto se deliberado de forma diversa pela unanimidade do comitê de investimento e ressalvado o disposto no regulamento, todos os recursos obtidos pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial, de seus investimentos, ou que, por qualquer razão, não sejam aplicados em ativos, serão destinados à amortização de cotas.

As cotas poderão ser amortizadas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, conforme deliberação da Assembleia Geral, e todos os recursos obtido pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial de seus investimentos, ou que, por qualquer razão, não sejam aplicados conforme seguindo a política de investimento, serão destinados à amortização de cotas.

No exercício findo em 31 de março de 2025, houve amortização de cotas no montante de R$ 4.576 (Em 2025, houve amortização de R$ 623).

No exercício findo em 31 de março de 2025, não houve emissões de cotas. (Em 2025, houve emissão de cotas no montante de R$ 2.264).

9 PRESTADORES DE SERVIÇOS

A administração do Fundo é exercida pela BR-Capital DTVM S.A., e foram contratados os prestadores de serviços, conforme abaixo:

Custódia:	BR-Capital DTVM S.A.
Controladoria:	BR-Capital DTVM S.A.
Escrituração:	BR-Capital DTVM S.A.
Gestão:	BR-Capital DTVM S.A.
Tesouraria:	BR-Capital DTVM S.A.

10 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E GESTÃO

Os prestadores de serviços de administração, gestão, custódia, controladoria e escrituração do Fundo farão jus a uma remuneração de R$ 27 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais), sendo certo que todos os valores deverão ser corrigidos, à época de seus pagamentos, pelo IPCA-IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, tendo como data base o mês de agosto de 2021 ("Taxa de Administração").

As ações de companhias fechadas encontravam-se registradas nos livros das respectivas Companhias.

A taxa de administração é apropriada diariamente, à base de 252 dias ao ano, sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, sendo provisionada mensalmente, e paga até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao serviço prestado.

No exercício findo em 31 de março de 2026, foi apropriada despesa no valor de R$ 354, a título de taxa de administração e gestão (Em 2025, foi de R$ 396).

11 ENCARGOS DEBITADOS AO FUNDO

As despesas debitadas do Fundo em relação ao patrimônio líquido (PL) médio estão demonstradas como segue:

	01.04.2025 a 31.03.2026	% PL
Patrimônio líquido médio em 31.03.2026	**362.673**	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(438)**	**(0,12%)**
Taxas de administração e gestão	(354)	(0,10%)
Taxa de fiscalização - CVM	(40)	(0,01%)
Auditoria	(14)	(0,00%)
Serviços advocaticios	(25)	(0,01%)
Outras despesas	(5)	(0,00%)

	01.04.2024 a 31.03.2025	% PL
Patrimônio líquido médio em 31.03.2025	**339.408**	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(462)**	**(0,14%)**
Taxas de administração e gestão	(396)	(0,12%)
Taxa de fiscalização - CVM	(46)	(0,01%)
Auditoria	(13)	(0,00%)
Outras despesas	(7)	(0,00%)

12 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Despesa com parte relacionada:

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento	Período
Taxa de administração	(354)	BR-Capital DTVM S.A.	Administração	01.04.2025 a 31.03.2026
Taxa de administração	(396)	BR-Capital DTVM S.A.	Administração	01.04.2024 a 31.03.2025

b) Exigibilidades com parte relacionada:

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento	Posição
Taxa de administração	59	BR-Capital DTVM S.A.	Administração	31.03.2026
Taxa de administração	59	BR-Capital DTVM S.A.	Administração	31.03.2025

13 EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E RENTABILIDADE

Data	Valor unitário da cota (R$)	Rentabilidade acumulada %
31.03.2020	1,937667	171,13
31.03.2021	1,833919	(5,35)
31.03.2022	1,544157	(15,80)
31.03.2023	1,397268	(9,51)
31.03.2024	1,359548	(2,70)
31.03.2025	1,435714	5,60
31.03.2026	1,346279	(6,23)

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

14 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A Administradora do Fundo se compromete a divulgar imediatamente, através de correspondência a todos os cotistas, e comunicação no Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na rede mundial de computadores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos ativos integrantes de sua carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso a informações que possam influenciar, de modo ponderável, no valor das cotas ou nas suas decisões de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

15 TRIBUTAÇÃO

Quotistas

Nas amortizações das quotas, a base de cálculo do imposto de renda é a diferença positiva entre o valor da amortização e o valor de aquisição proporcional à quantidade de cotas amortizadas, sendo aplicada a alíquota de 15% (quinze por cento), conforme artigo 2º. da Lei nº. 11.312/06. A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte, descrita acima, não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regime de tributação diferenciado, nos casos previstos na legislação em vigor.

Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao IOF.

16 DEMANDAS JUDICIAIS

No exercício findo em 31 de março de 2026, não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

17 POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO DO FUNDO

Todas as quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo cada quota um voto.

18 PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, registre-se que a Administradora, no período auditado, não contratou nem teve serviços prestados pela Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S relacionados a este Fundo por ela administrado que não os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis do Fundo.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19 DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLEIA

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em **15 de abril de 2025**, no âmbito da distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª Série da 131ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, companhia securitizadora registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na categoria "S1", com sede no estado de São Paulo, de acordo com a Resolução CVM nº160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Operação de Securitização"), deliberar sobre:

(i) a outorga de fiança, conforme a qual, o Fundo, na qualidade de fiador e principal pagador, se obrigou pelo fiel e exato cumprimento das Obrigações Garantidas de forma irrevogável e irretratável;

ii) autorização à Administradora e/ou à Gestora a adotarem todas as medidas necessárias ao cumprimento das determinações da presente ata, inclusive a assinatura da presente ata e demais documentos que se façam necessários.

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em **11 de setembro de 2025**, deliberar sobre a constituição de Aval pelo Fundo, no âmbito da Cédula de Crédito Bancário nº 025318767, Abertos os trabalhos e prestados os esclarecimentos necessários os Cotistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovam os cotistas a prestação de aval, pelo Fundo, para fins do cumprimento das obrigações previstas no âmbito da cédula de crédito bancário nº 025318767, emitida pela Nova Engevix Construções e Montagens S.A. em 20 de julho de 2023.

No entanto, houve emissão em 06 de janeiro de 2026 o Instrumento Particular de Alteração do Regulamento que resolvem, a alteração integral e a consolidação do regulamento do Fundo para fins de adaptação à Resolução CVM 175, sem necessidade de aprovação de assembleias de cotistas nos termos da Resolução 175 e Ofícios Circular nº 2/2023/CVM/SIN/SSE.

20 EVENTOS SUBSEQUENTE

Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício social do Fundo em 31 de março de 2026 que requeressem ajustes ou divulgações nas Demonstrações contábeis do exercício findo nesta mesma data.

***

BR-CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

ADMINISTRADORA DO

NOVA PARTICIPAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

Contadora
Jacqueline M. de França Carmo
CRC 1SP 183034/O-8

Diretora responsável
Carolina Andrea Garisto Gregório